

01 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

Publicano 1 terá 19 dias de audiências em 2016

Juiz da 3ª Vara Criminal vai ouvir 44 testemunhas de acusação, 187 de defesa e 52 réus do processo que apura corrupção na Receita Estadual

DATAS DAS AUDIÊNCIAS DA PUBLICANO 1

■ Testemunhas de acusação: 44 pessoas
15, 16, 17, 18 e 19 de fevereiro

■ Testemunhas de defesa: 187 pessoas
22, 23, 24, 25, 26 e 29 de fevereiro e 1º de março

● Interrogatório dos réus: 52 pessoas
2, 3, 4, 7, 8, 9 e 10 de março

Loriane Comeli e
Edson Ferreira
Reportagem Local

Para ouvir 44 testemunhas de acusação, 187 testemunhas de defesa e 52 réus do processo relativo à Operação Publicano 1, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaco) em março deste ano, o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, designou audiências durante 19 dias nos meses de fevereiro e março de 2016. A ação, ajuizada em 22 de abril, pelo Ministério Público, acusa 73 pessoas – 26 auditores, empresários e “laranjas” – de integrarem organização criminosa instaurada na Receita Estadual de Londrina, com ramificações na alta cúpula, em Curitiba, para exigir propina de empresários que sonegavam impostos

estaduais. Ao todo, o MP narrou 70 fatos criminosos.

A decisão da Nanuncio foi proferida na final da tarde de ontem. Em 518 páginas, o juiz, além de marcar as audiências, refutou todas as teses de defesa de mérito e, consequentes, pedidos de absolvição sumária, e rejeitou todas as nulidades processuais requeridas pelos réus em suas defesas, como incompetência do juízo, nulidade de acordos de delação premiada, ausência de individualização de condutas, entre tantas outras.

As audiências começarão a ser realizadas em 15 de fevereiro. Até o dia 19, serão ouvidas as testemunhas de acusação, arroladas pelo MP. Entre elas, está o ex-assessor comissionado do governo do Estado, lotado na Casa Civil, Marcelo Caramori, réu colaborador do MP nas investigações sobre exploração sexual de adolescentes.

Ele deve ser ouvido em 17 de fevereiro.

As testemunhas arroladas pelos réus – ao todo, são 187 – serão ouvidas entre os dias 22 de fevereiro e 1º de março, somando sete dias úteis. Entre elas, está o deputado federal Luiz Carlos Haully (PSDB), que foi secretário estadual da Fazenda durante dois anos e meio, no primeiro governo de Beto Richa (PSDB). Na Publicano 2, ele foi arrolado por um dos auditores denunciados, conforme publicou a FOLHA em julho.

CONTINUA

01 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Outra testemunha que chama a atenção é o ex-delegado-chefe da Receita de Londrina Marcelo Müller Melle, nomeado para o cargo após a prisão do então chefe José Luiz Favoreto Pereira, preso em flagrante em janeiro com uma adolescente em um motel. Melle também é acusado pelo MP com integrante da organização criminosa e chegou a ser preso cautelarmente em setembro. As defesas dos auditores incluíram o ex-delegado em sua lista de testemunhas entre junho e julho, antes, portanto, da prisão de Melle.

Já 52 dos 73 réus da ação serão interrogados entre os dias 2 e 10 de março (sete dias úteis). Nestes 19 dias de audiências, serão ouvidos apenas testemunhas e réus que moram em Londrina. Os demais prestarão depoimentos em suas comarcas, por meio de cartas precatórias.

01 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

Jurados do caso Carli Filho são sorteados

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Foram sorteados ontem, de forma eletrônica e randômica, os 25 jurados titulares e 19 suplentes que estarão disponíveis para o julgamento de Luiz Fernando Ribas Carli Filho, nos dias 21 e 22 de janeiro, em Curitiba. Sete deles serão escolhidos na data, também por sorteio, para integrar o conselho de sentença. Os nomes não foram divulgados. Assim que os selecionados forem intimados, via correio ou telefone, não poderão se pronunciar mais sobre o caso. Ainda não está definido se o júri ocorrerá na sede oficial ou em um local maior, por conta da grande repercussão do caso.

O ex-deputado estadual é acusado da morte de Gilmar de Souza Yared, de 26 anos, e Carlos Murilo de Almeida, de 20, em um acidente automobilístico ocorrido em 2009, na capital. Ele responde, em liberdade, pelo crime de homicídio doloso eventual (quando o envolvido, mesmo sem querer efetivamente o resultado, assume o risco). Se for condenado, pode cumprir pena de até 20 anos de reclusão. Na época, um exame no hospital mostrou que o então parlamentar tinha 7,8 decigramas de álcool por litro de sangue. Como o procedimento foi feito enquanto ele estava desacomodado, porém, acabou desconsiderado pela Justiça.

A mãe de uma das vítimas, deputada federal Christiane Yared (PTN), esteve presente no sorteio, acompanhada de outros membros da família. Ela se pronunciou por meio das redes sociais. "Estamos há sete anos esperando por este julgamento e creio que ele será um divisor de águas, porque não vivemos no País do pode tudo!". Yared também criou uma página no Facebook, com o objetivo de compartilhar informações sobre o julgamento. A próxima etapa é a intimação das testemunhas – são sete de acusação, uma comum e seis de defesa. Algumas delas moram em São Paulo (SP) e poderão se pronunciar através de carta precatória.

MAZZA

Seis anos de espera

Não se ajusta aos melhores momentos do Judiciário a demora, ainda que no esgotamento do máximo direito de defesa com seus recursos infundáveis à instância superior, do júri popular do ex-deputado Ribas Carli, finalmente marcado para 21 e 22 de janeiro. O ritual já deflagrado com a indicação dos jurados parece indicar que a novela de mais de seis anos está para chegar ao fim do roteiro.

01 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

PGR pede que STF investigue

Renan, Delcídio e Jader

Supremo vai apurar suposta participação dos três senadores e do deputado Aníbal Gomes no esquema de corrupção da Petrobras

Márcio Falcão

Folhapress

Brasília - A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de novos inquéritos para investigar a suposta ligação do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e dos senadores Delcídio do Amaral (PT-MS) e Jader Barbalho (PMDB-PA), além do deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE), com o esquema de corrupção da Petrobras. Os parlamentares poderão ser investigados por lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

O pedido de apuração envolvendo os congressistas foi motivado por um processo mantido oculto no Supremo, procedimento que tem sido adotado para a tramitação de delações premiadas que estão em sigilo. Uma das delações que citam os três senadores é do lobista Fernando Soares, o Baiano. O delator - que foi um dos a citar anteriormente o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), como outro beneficiário - disse que Delcídio recebeu US\$ 1 milhão ou US\$ 1,5 milhão, dinheiro fruto de propinas pagas com recursos desviados da compra

da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Baiano disse que Delcídio recebeu o dinheiro para pagar a sua campanha nas eleições para o governo de Mato Grosso do Sul, em 2006.

Ainda de acordo com Baiano, Delcídio recebeu propina por ter endossado a indicação de Nestor Cerveró - este já condenado na Lava Jato - para a direção Internacional da Petrobras. Além de Delcídio, Fernando Baiano mencionou que Renan Calheiros, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e o ex-ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau - indicado na época pelo PMDB - também foram beneficiários do esquema de corrupção. Ele teria apontado que US\$ 4 milhões foram desviados de um contrato de navios-sonda para pagamentos que chegaram posteriormente a US\$ 6 milhões. O delator comentou que as operações foram completadas pelo lobista paraense Jorge Luz, entre 2006 e 2008.

va Jato. Cada inquérito tem o objetivo de investigar fatos diferentes. Esse é o segundo inquérito de Delcídio, sendo que o primeiro foi aberto na semana passada depois que o senador acabou preso acusado de participar de uma trama para atrapalhar as investigações do esquema de corrupção da Petrobras. Se for autorizado pelo Supremo, Jader será alvo de dois inquéritos.

Os pedidos serão analisados pelo ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo. Caso os inquéritos sejam abertos, o Supremo investigará 68 pessoas, sendo 14 senadores, 23 deputados, o ministro de Estado Edinho Silva (Comunicação) e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Raimundo Carreiro.

INQUÉRITO

Esse é o quinto inquérito pedido pela Procuradoria para investigar as supostas ligações de Renan com a La-

01 DEZ 2015

FOLHA DE LONDRINA

MARCOS ANTONIO TORDORO

Corrupção, prisão e política

O Brasil sofre há séculos com a corrupção. São homens e mulheres irresponsáveis e inescrupulosos, cujo desígnio estava e está centrado no sentimento de obter o máximo de proveito daquilo que pertence ao povo. Muita coisa foi e está sendo tirada de todos nós.

No Congresso Nacional, os atos reprováveis se repetem. O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), tem contas bancárias clandestinas na Suíça. Diversos escândalos ontem, inúmeros hoje e muitos outros para amanhã. Lá, em Brasília, muitos já foram presos, da mesma forma em Curitiba e na nossa querida Londrina. Aqui já foram muitos políticos, empresários e funcionários públicos que se envolveram com patifaria e indecência. Corrupção é crime e, para tanto, necessita de um remédio eficaz, e eficácia corresponde a amargor, como eram os remédios de antigamente. A punição tem que ser forte e rigorosa, sem complacência, nem tampouco benevolência, pois muitas vidas têm seus sonhos assassinados pela falta de investimentos públicos em infraestrutura e desenvolvimento humano, alguns dos pilares das políticas públicas elementares de qualquer governo.

Punir para educar. Punir para frear o avanço do crime. Tem que ser assim: punição sem dó. Acordos e conchavos já não embravecem alguns cidadãos. A gestão pública não pode ser tão vilipendiada pelos ladrões de gravata e festeiros; os cidadãos de bem e do bem devem se levantar com coragem e ousadia. Todavia, muitos homens e mulheres que eram do bem se perdem e se deixam fisgar pela ilusão do anonimato e do enriquecimento ilícito, mesmo quando os escândalos estão aí para atestar que tarda, mas não falha para que o edifício utópico, construído sobre o alicerce da corrupção, ruirá e desabarará sobre as cabeças dos "cabeças" e dos operários.

Nesse contexto de maracutaias e caridade bandida, a profilaxia para essa enfermidade social está na punição do criminoso. O bandido tem que experimentar, no bolso e no sentimento de ter sua liberdade cerceada por longos anos, os efeitos da punibilidade em razão da sua conduta ilegal.

MARCOS ANTONIO TORDORO é
especialista em Direito e Processo Penal e
capitão da Polícia Militar de Londrina

01 DEZ 2015

BEMPARANÁ

Fruet quer acesso a depósitos judiciais

A Câmara Municipal de Curitiba começou a analisar ontem projeto da prefeitura que permite ao Executivo usar até 70% dos recursos dos depósitos judiciais para compensar as dificuldades financeiras motivadas pela crise econômica e a queda nas receitas. A ideia é regulamentar no plano municipal o acesso a essas verbas já previsto em lei federal em vigor há quatro meses. A proposta também repete estratégia já usada pelo governo Beto Richa (PSDB) para reforçar o caixa do Estado.

“Essa nova sistemática possibilita compensar a queda de receitas, próprias e transferidas, auferidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo-lhes utilizar parte dos valores depositados para o pagamento de precatórios, da dívida pública e despesas de capital”, diz o prefeito Gustavo Fruet (PDT) na justificativa do projeto.

De acordo com a lei federal, Curitiba poderia “recuperar” até 70% de todos os “depósitos judiciais e administrativos em dinheiro, referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais o Município seja parte”. Os outros 30% cons-

“Essa nova sistemática possibilita compensar a queda de receitas”.

*do prefeito de
Curitiba, Gustavo
Fruet (PDT)*

tituiriam um fundo especial, para quitar as obrigações judiciais conforme elas ocorressem – sendo mantido nesse patamar pela prefeitura.

Os depósitos judiciais são formado por recursos reservados em contas em disputas na Justiça que as partes envolvidas depositem em contas bancárias especiais, para garantir o pagamento de cauções, consignações, multas rescisórias ou de agravo, por exemplo. Controlados pelos Tribunais de Justiça, esses valores ficam “parados”, aguardando a sentença. A lei federal permite que, desde que o governo não deixe atrasar aquilo que a Justiça determinar ser pago, o dinheiro “parado” volte a ser movimentado. Só que o uso é restrito ao pagamento de precatórios.

01 DEZ 2015

BEMPARANÁ

Decisão do STF atrasa votação do Orçamento

Comissão suspende reunião após Supremo mandar aumentar verba de Defensoria

Ivan Santos

A comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa suspendeu a reunião marcada para hoje que votaria a proposta de Orçamento do Estado para 2016. O cancelamento foi motivado pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a suspensão da votação do projeto até que seja corrigida a verba destinada à Defensoria Pública do Estado. A decisão pode atrasar a votação do Orçamento para o ano que vem e o início do recesso parlamentar de final de ano. Por lei, os deputados não podem entrar em recesso enquanto o Orçamento não for aprovado.

No Orçamento de 2015, a Defensoria contou com R\$ 140 milhões para suas atividades. Na proposta para 2016, o governo propôs baixar esse valor para apenas R\$ 45 milhões. A Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) recorreu ao STF e obteve liminar concedida pelo ministro Luiz Roberto Barroso determinando a suspensão da tramitação da proposta de Orçamento do Paraná na Legisla-



Romanelli: emenda para aumentar verba em R\$ 35 mi

tivo até que os valores sejam recompostos. E dando prazo de dez dias para o órgão apresentar nova proposta ao Legislativo.

A decisão alega que a Defensoria estadual não participou da discussão sobre o seu limite orçamentário. O ministro assinala que a Constituição assegura autonomia funcional e administrativa à Defensoria Pública, além da prerrogativa de propor seu próprio orçamento. "Se a participação dos tribunais na fixação dos limites aos seus orçamentos decorre da sua própria autonomia financeira, não há ra-

zão para não reconhecer também à Defensoria Pública o direito de estipular, conjuntamente com os demais Poderes, os limites para a proposta de seu próprio orçamento na LDO", afirmou Barroso.

Para tentar resolver o impasse, a liderança do governo na Assembleia negociou a apresentação de uma emenda para aumentar em R\$ 35 milhões o Orçamento do órgão para o ano que vem. O assunto seria discutido em reunião com representantes da Defensoria, da chefia da Casa Civil do Executivo e parlamentares governistas ontem.

Valquir Aureliano

O líder do governo na Assembleia, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), admitiu ontem que a discussão vai atrasar a votação da proposta. "Provavelmente deverá atrasar porque já estava prevista para esta terça-feira (hoje) a reunião da Comissão de Orçamento", disse. "Obviamente a Defensoria provavelmente apresentará uma proposta de R\$ 140 milhões. A Assembleia tem que analisar. A decisão do Supremo pede que nós analisemos o pedido, que a iniciativa é da Defensoria. Se o valor será esse é uma outra questão", alegou o peemedebista.

Recesso - O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano (PSDB), afirmou que o plano da Casa ainda é encerrar os trabalhos no próximo dia 16. Para isso será preciso, porém, resolver o impasse em torno do Orçamento da Defensoria Pública. Segundo ele, isso seria discutido pela Casa Civil e os deputados.

Traiano afirmou que a Casa deve votar ainda as contas do governo Beto Richa de 2014.

JURADOS SORTEADOS

Nomes para conselho de sentença que vai julgar caso Carli Filho são definidos

Diego Ribeiro

A formação do conselho de sentença do Tribunal do Júri de Curitiba, que pode condenar o ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, começou. Os 25 jurados titulares e 19 reservas que estarão disponíveis para todos os julgamentos de júri na capital por toda segunda quinzena de janeiro foram sorteados ontem. Sete deles serão sorteados no dia 21 de janeiro para serem os juizes do povo no caso. Carli Filho é acusado de ter matado dois jovens - Gilmar de Souza Yared e de Carlos Murilo de Almeida - em um acidente de trânsito em 2009, em Curitiba.

O sorteio foi rápido, feito de forma eletrônica e pública pelo sistema Projudi, da Justiça do Paraná. A abertura da sessão - realizada pelo juiz titular da 2ª Vara do Júri de Curitiba, Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, com a presença do juiz substituto da vara,



Defesa de ex-deputado ainda tem recurso no Supremo.

Leonardo Bechara Stançoli, e do promotor Paulo Markowics de Lima. Os nomes dos jurados não são revelados e, assim que forem intimados a respeito, não poderão falar sobre nenhum caso que forem julgar. Segundo Avelar, a próxima etapa é a comunicação dos jurados, que é feita por correio ou telefone. Ele lembrou ainda que outro passo do processo é a intimação de testemunhas, que já começou, além de juntadas de documentos, se necessária. Algumas delas moram em São Paulo. São seis testemunhas de acusação e seis para defesa.

A deputada federal, Christiane Yared, mãe de uma das vítimas, esteve presente no sor-

teio. "Vivo cada dia de cada vez. Quando chegar o dia 21 será um divisor de águas, importante para família, para o Paraná e para o Brasil. O país precisa entender que não se pode beber e dirigir", disse.

PRESENÇA

O ex-deputado tem o direito de não comparecer ao próprio julgamento, conforme a lei permite. Segundo o assistente da acusação, Elias Mattar Assad, como ele tem o direito de ficar em silêncio, também pode não comparecer. Além disso, se for condenado e sua defesa quiser interpor um recurso, poderá aguardar o resultado sem ser preso.

Polêmica do exame

O advogado de defesa do caso Roberto Brzezinski Neto, que trabalha no processo em Curitiba, foi procurado, mas não retornou a ligação da reportagem. Outro corpo de defesa, do escritório do professor René Ariel Dotti, trabalha em um recurso no Supremo Tribunal de Justiça (STF).

Em outra tentativa, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a defesa do ex-deputado argumentava que, apesar de a 1.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná ter declarado a nulidade do exa-

me que mostra a concentração de álcool no sangue do ex-parlamentar (7,8 decigramas de álcool por litro de sangue), a informação não foi desentranhada da denúncia [oferecimento do Ministério Público à Justiça] e nem da pronúncia [decisão da Justiça que determinou o júri popular]. Sobre isso, Assad disse que Carli Filho confessou em depoimento no processo que bebeu vinho antes de dirigir. Portanto, a retirada ou não da forma solicitada pela defesa não faz mais sentido. (DR)



"Julgamento será um divisor de águas", diz Christiane Yared.

01 DEZ 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

CASO VIRGÍNIA

Laudo do IML é finalizado

Diego Ribeiro

A perícia dos prontuários de sete pacientes mortos que, supostamente, tiveram suas vidas abreviadas pela médica Virgínia Soares de Souza e outros seis funcionários do Hospital Evangélico de Curitiba está pronta. As antecipações de morte na Unidade de Terapia Intensiva do hospital teriam ocorrido entre 2006 e janeiro de 2013. O laudo, assinado pelo médico perito oficial e diretor do Instituto Médico Legal do Paraná, Carlos Alberto Peixoto Baptista, tem mais de 400 páginas. O Ministério Público (MP-PR) afirmou que o laudo confirma a tese de homicídios,

mas pediu prazo de 30 dias, que começou a contar ontem, para se manifestar. O prazo deve terminar apenas em janeiro, em razão do recesso de fim de ano. Por se tratar de um conteúdo extremamente técnico, os promotores do caso também solicitaram 60 dias para dois assistentes técnicos analisarem a perícia. Esse prazo já está contando há alguns dias. Os dois assistentes técnicos indicados MP são o ex-presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), José Mário Meira Teles, e o médico Almir Germano, especialista em medicina intensiva do Hospital Universitário de Maringá.

A perícia do caso é a última

etapa antes do interrogatório dos réus. Após essa fase, o juiz poderá se manifestar se o caso será julgado pelo júri ou por uma vara comum, se for considerado que as mortes ocorreram sem culpa dos acusados.

DEFESA

O advogado da médica, Elias Mattar Assad, afirmou que, após a leitura inicial do laudo, a defesa ainda tem impressão que não há comprovação de fato criminoso. “Estamos estudando a perícia, mas após a primeira panorâmica (no documento), a defesa segue com a mesma tese, que não há qualquer comprovação de fato criminoso”, disse.



Médica é suspeita de homicídio.

PERÍCIA

O caso se arrastou ao longo de 2015 em razão da dificuldade para conseguir um perito que avaliasse os prontuários. Em setembro do ano passado, dois peritos foram indicados pela Justiça, mas o governo estadual que, pela lei, deveria arcar com as custas, criou obstáculos. Em seguida, peritos do IML foram indicados, mas alguns médicos do Instituto declararam suspeição. Depois desse imbróglio, um médico do IML assumiu a responsabilidade. Peixoto trabalhou desde o começo do ano no caso. (DR)

01 DEZ 2015

TRIBUNAL DO PARANÁ

VOTO NO PAPEL

Justiça Eleitoral diz que não tem verba pra fazer eleição eletrônica no ano que vem

Tribunais superiores divulgaram portaria conjunta na qual afirmam que com o contingenciamento imposto à Justiça Eleitoral as eleições municipais de 2016 deverão ser realizadas manualmente em diversos municípios brasileiros. A informação de que o bloqueio de gastos previstos no Orçamento impedirá eleições eletrônicas no ano que vem foi publicada no Diário Oficial da União de ontem. O corte no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é de R\$ 428,9 milhões

De acordo com o TSE, a compra de 100 mil novos equipamentos está comprometida - entre urnas que precisam ser substituídas por terem mais de dez anos de uso e outras que precisariam ser adquiridas por causa do aumento do número de eleitores. As urnas eletrônicas foram usadas pela primeira vez em 1996. A partir das eleições de 2000 todo o eleitorado nacional passou a votar eletronicamente.

“O contingenciamento imposto à Justiça Eleitoral inviabilizará as eleições de 2016 por meio eletrônico”, afirma uma portaria conjunta assinada pelos presidentes dos Supremo Tribunal Federal, TSE, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e seus respectivos conselhos.

Nos bastidores do Judiciário, o texto conjunto foi interpretado como uma pressão pra que o Congresso aprove um projeto de lei do Executivo que altera a meta de resultado primário de 2015 e autoriza o governo a adotar como meta um déficit primário de R\$ 51,2 bilhões, que pode chegar a R\$ 119,9 bilhões com o pagamento das chamadas pedaladas fiscais.

01 DEZ 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

BAMERINDUS NA JOGADA

Banco extinto
em 1997 está
no centro de
novo escândalo
envolvendo
Eduardo Cunha

Laura Beal Bordin

Extinto em 1997, o banco Bamerindus está no centro do novo escândalo que envolve o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o banqueiro André Esteves, dono do BTG Pactual, preso na última quarta-feira.

Durante as buscas na casa de Diogo Ferreira assessor do senador Delcídio Amaral (PT-MS), também preso na quarta, policiais encontraram um bilhete que descreve o pagamento de R\$ 45 milhões a Cunha: "Em troca de uma emenda à medida provisória número 608, o BTG Pactual, proprietário da massa falida do Bamerindus, o qual estava interessado em utilizar os créditos fiscais de tal massa, pagou ao deputado federal Eduardo Cunha a quantia de R\$ 45 milhões".

A MP trata de novas opções de capitalização dos bancos. Vinte e oito emendas foram feitas ao texto - duas de autoria de Cunha. A primeira não tinha a ver com a matéria. Chamada de "jabuti", tratava sobre o fim da obrigatoriedade do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A segunda, tratava de benefícios envolvendo bancos em liquidação. As duas foram rejeitadas.

LUCRO

Assim que se descobriu que o Bamerindus iria à falência, o Banco Central (BC) dividiu o banco em duas partes - a primeira, que reunia as agências bancárias e os clientes, foi considerada a parte "boa" e vendida ao HBSC por US\$ 1 bilhão. A segunda parte, a massa falida, foi considerada a parte "podre".

A massa falida foi vendida em dezembro de 2014 ao BTG Pactual, que nomeou de Banco Sistema, por R\$ 418 milhões. A intenção de André Esteves era utilizar R\$ 2 bilhões em créditos tributários pra elevar a rentabilidade do BTG. Só no primeiro semestre deste ano, a negociação rendeu R\$ 488 milhões. O lucro do Banco Sistema foi maior do que o do HBSC no Brasil, de R\$ 31,8 milhões.

01 DEZ 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

O BONDE NÃO PARA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de dois novos inquéritos no âmbito da Operação Lava Jato. Em um deles, a Procuradoria quer investigar o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), preso na semana passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). No segundo inquérito, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pede apurações sobre Renan, Jader e o deputado federal Aníbal Gomes (PMDB-CE). Os parlamentares devem ser investigados pelas práticas de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

MAIS UMA

Esta é a quinta investigação de que Renan Calheiros é alvo na Lava Jato e o quarto inquérito de Aníbal Gomes. Ambos aparecem juntos em todas as investigações, incluindo a apuração sobre formação de quadrilha, que investiga 39 pessoas.

LISTA

Com os novos inquéritos, o total de apurações no STF relativas à participação de políticos no esquema de corrupção na Petrobras sobe de 33 pra 35. Se os inquéritos forem abertos, a lista de investigados também cresce em um número, pra 68 investigados, sendo 14 senadores.

DEPOIMENTO

O juiz Sergio Moro intimou a Polícia Federal pra que ouça o pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Lula preso na semana passada, "diante do desejo manifestado pelo investigado de que seja ele inquirido sobre o objeto da investigação". Bumlai é suspeito em uma operação de financiamento do PT, em 2004, pelo Banco Schahin, por meio de um empréstimo nunca quitado no valor de R\$ 12 milhões.

ORIGINAIS

A Polícia Federal apreendeu ontem os documentos originais da delação premiada do ex-diretor de área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró. A papelada estava com o próprio Cerveró na carceragem da PF, em Curitiba. Na semana passada, as investigações mostraram que o ex-presidente do Banco BTG Pactual André Esteves e o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) tiveram acesso a cópias da colaboração do ex-diretor da Petrobras antes mesmo do STF homologar o acordo.

VAZAMENTO

O relator da Lava Jato no STF, ministro Teori Zavaski, afirmou que o fato dos dois terem tido acesso aos documentos revelou a existência de um "canal de vazamento na Operação Lava Jato que municia pessoas em posição de poder com informações" das investigações. Os termos foram apreendidos, lacrados e encaminhados à Procuradoria Geral da República (PGR), em Brasília.

ORÇAMENTO

A Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Paraná cancelou a reunião marcada pra hoje em que votaria o relatório final da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. O cancelamento leva em conta liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que obriga o governo do estado a colocar mais R\$ 100 milhões no orçamento da Defensoria Pública pro ano que vem. A decisão do ministro Luís Roberto Barroso ainda determinou a suspensão do trâmite da LOA.

-20 BILHÕES

O governo federal e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo ajuizaram ontem ação civil pública na Justiça Federal pra que a mineradora Samarco abasteça um fundo com R\$ 2 bilhões ao ano, pelo período de uma década. O dinheiro deve ser usado pra revitalizar a bacia do Rio Doce e reparar danos causados às famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, no dia 5 de novembro. A ação prevê ainda medidas emergenciais, como a contenção imediata de vazamentos e o desassoreamento dos afluentes do Rio Doce, por onde a lama se espalhou, devastando flora e fauna e deixando cidades ribeirinhas sem água. Pra chegar ao valor de R\$ 20 bilhões, o governo usou laudos elaborados pelo Ibama e pela Agência Nacional das Águas. O montante não é fixo. "Se o plano de recuperação da bacia e da zona costeira demonstrar necessário, faremos pedidos complementares de aporte nesse fundo", afirmou o procurador-geral do ES, Rodrigo Rabello.

01 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

• CASO VIRGÍNIA

Perícia sobre mortes suspeitas no Hospital Evangélico fica pronta

Segundo o MP, o laudo confirma a tese de que sete pacientes tiveram a vida abreviada pela equipe da médica Virgínia Soares de Souza

Diego Ribeiro

● A perícia dos prontuários de sete pacientes mortos que, supostamente, tiveram suas vidas abreviadas pela médica Virgínia Soares de Souza e outros seis funcionários do Hospital Evangélico de Curitiba já está pronta. As antecipações de morte na Unidade de Terapia Intensiva do hospital teriam ocorrido entre 2006 e janeiro de 2013. O laudo, assinado pelo médico perito oficial e diretor do Instituto Médico Legal do Paraná (IML), Carlos Alberto Peixoto Baptista, tem mais de 400 páginas.

O Ministério Público Estadual (MP) afirmou que o laudo confirma a tese de homicídios, mas pediu prazo de 30 dias, a contar de segunda-feira (30), para se manifestar. O prazo deve terminar apenas em janeiro, em razão do recesso de fim de ano. Por se tratar de um conteúdo extremamente técnico, os promotores do caso também solicitaram 60 di-

as para dois assistentes técnicos analisarem a perícia. Esse prazo já está contando há alguns dias. Os dois assistentes técnicos indicados pelo MP são o ex-presidente da Associação de Medicina Intensiva

Brasileira (Amib) José Mário Meira Teles, e o médico Almir Germano, especialista em medicina intensiva do Hospital Universitário de Maringá.

A reportagem apurou que tanto MP como a defesa dos acusados devem solicitar à Justiça esclarecimentos ao perito.

A perícia do caso é a última etapa antes do interrogatório dos réus. Após essa fase, o juiz titular da 2.ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, poderá se manifestar se o caso será julgado pelo júri (se o entendimento for que houve homicídios dolosos; intencionais), ou por uma vara comum, se for considerado que as mortes ocorreram sem culpa dos acusados.

Outro entendimento

O advogado da médica, Elias Mattar Assad, afirmou que, após a leitura inicial do laudo, a defesa ainda tem impressão de que não há comprovação de fato criminoso nos atos de Virgínia e sua equipe. “Estamos estudando a perícia, mas

após a primeira panorâmica [no documento], a defesa segue com a mesma tese, que não há qualquer comprovação de fato criminoso”, disse.

GAZETA DO POVO

JÚRI POPULAR

Jurados do caso Carli Filho são sorteados; julgamento será em janeiro de 2016

01 DEZ 2015

● A formação do conselho de sentença do Tribunal do Júri de Curitiba, que pode condenar ou absolver o ex-deputado **Carli Filho (foto)**, começou. Os 25 jurados titulares e 19 reservas – que estarão disponíveis para todos os julgamentos do Tribunal do Júri na segunda quinzena de janeiro – foram sorteados na segunda-feira (30). Sete deles serão escolhidos por sorteio em 21 de janeiro para julgarem Carli Filho. O ex-deputado é acusado de ter matado dois jovens – Gilmar de Souza Yared e de Carlos Murilo de Almeida – em um acidente de trânsito em 2009, em Curitiba.

Marcelo Elias/Gazeta do Povo/Arquivo



01 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

● CORTES ORÇAMENTÁRIOS

Eleição de 2016 não terá urnas eletrônicas, alerta Judiciário

Eleições municipais serão manuais, afirma portaria assinada por presidentes de tribunais superiores

Rogério Galindo, com agências

● Por falta de recursos, as eleições municipais de 2016 serão manuais e não com voto eletrônico. A informação de que o contingenciamento de gastos do governo federal impedirá a realização das eleições por meio eletrônico foi publicada na segunda-feira (30) no Diário Oficial da União. Desde 2000, todos os brasileiros votam em urnas eletrônicas.

A portaria publicada (n.º 3 de 2015) é assinada conjuntamente pelos presidentes dos tribunais superiores do país (Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar e Superior Tribunal de Justiça). Também assina o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

De acordo com nota divulgada na segunda (30), um dos problemas é a impossibilidade de compra de urnas eletrônicas, já em fase de licitação. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) afirma que essa aquisição precisaria ser concluída até o fim de dezembro e custaria em torno de R\$ 200 milhões. Segundo o TSE, mais de R\$ 428 milhões deixarão de ser repassados para a Justiça Eleitoral, "o que prejudica a compra e manutenção de equipamentos necessários para as eleições de 2016".

De acordo com a portaria, os órgãos do Poder Judiciário da União sofrerão contingenciamento de R\$ 1,74 bilhão. A Justiça Federal seria a mais afetada em termos absolutos, com contingenciamento de R\$ 555 milhões daqui até o fim de dezembro. A presidente do TSE em exercício, ministra Laurita Vaz, diz que vai procurar o Congresso Nacional para solucionar o impasse.

01 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

Alep suspende rito da lei orçamentária

| *Euclides Lucas Garcia*

● A Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Paraná cancelou a reunião marcada para hoje em que votaria o relatório final da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. O cancelamento leva em conta liminar do Supremo Tribunal Federal que obriga o governo do estado a colocar mais R\$ 100 milhões no orçamento da Defensoria Pública. A decisão do ministro Luís Roberto Barroso ainda determinou a suspensão do trâmite da LOA.

A Defensoria tem reservado no orçamento deste ano R\$ 140 milhões. Para 2016, porém, o governo reduziu o montante para R\$ 40 milhões.

BALANÇO

O governo aplicou em 10 meses o equivalente a 10,62% das receitas na saúde. O mínimo legal é de 12% ao ano.

“Com a estrutura administrativa de momento e 75 defensores em atividade, R\$ 40 milhões são suficientes para o trabalho da Defensoria,”

Luiz Claudio Romanelli, líder do governo

OPERAÇÃO QUADRO NEGRO

Governo entra com ação por dano ao erário contra “donos” da Valor Construtora

● O governo do Paraná entrou com uma ação civil pública por dano ao erário contra a Valor Construtora e quatro pessoas ligadas à empresa, incluindo o verdadeiro dono do negócio, Eduardo Lopes de Souza, e sua irmã, Viviane Lopes de Souza. A empresa teria desviado verbas estaduais e federais destinadas a construções e reformas de escolas em todo o Paraná. As irregularidades, que vieram à tona em junho deste ano, envolvem dez contratos firmados entre a Valor e a Secretaria de Educação, num total de R\$ 30 milhões.

01 DEZ 2015

GAZETA DO POVO

● OPERAÇÃO ZELOTES

Procuradoria denuncia 16 por compra de MPs

● O Ministério Público Federal (MPF) denunciou à Justiça Federal 16 pessoas por envolvimento em negociação para aprovação de medidas provisórias (MPs), investigação que faz parte da Operação Zelotes. Entre eles estão o lobista Alexandre Paes dos Santos, a ex-secretária da Câmara de Comércio Exterior Lytha Spínola e o jornalista Fernando Cesar Mesquita.

Dos denunciados, sete estão presos. Foram identificados crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva e extorsão. A lista de pedidos do MPF à Justiça inclui o ressarcimento de R\$ 879,5 milhões de reparação aos cofres públicos.

A Polícia Federal concluiu o relatório na sexta (27) sobre a suposta compra de trechos de MPs de redução de impostos para montadoras, especialmente para a Caoa, representante da Hyundai, e da MMC Automotores, fábrica de carros da Mitsubishi. Os procuradores que atuam no caso afirmaram que essa é apenas a "ponta do iceberg".

Na denúncia, não consta o nome de Luis Cláudio Lula da Silva, filho de Lula. Também não há menção ao ex-ministro da Fazenda Guido Mantega.

01 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

SENHORA BENGALA

A “PEC da Bengalinha”, vetada por Dilma Rousseff em outubro, pode valer novamente a partir desta semana. O Senado deve derrubar a decisão da presidente. Dessa forma, funcionários públicos, obrigados hoje a se aposentar aos 70 anos, passam a ter o direito de ficar por mais cinco anos na ativa — vestindo o pijama apenas aos 75 anos.

VAI E VEM

O veto de Dilma deve ser derrubado hoje por ordem da própria presidente. O governo concluiu que não teria maioria no Senado para manter a medida, já que a “PEC da Bengalinha”, como ficou conhecido o projeto de lei que altera as aposentadorias, tinha sido aprovada pelos senadores por unanimidade. Por isso, está orientando a bancada governista a votar contra a medida que a própria Dilma defendia até agora.

01 DEZ 2015

FOLHA DE S. PAULO

Cortes inviabilizam urna eletrônica, diz Justiça

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O contingenciamento orçamentário imposto pelo governo pode levar a Justiça Eleitoral a realizar as eleições municipais de 2016 sem urnas eletrônicas, retomando os votos em cédulas de papel.

O alerta consta em uma portaria conjunta dos presidentes dos tribunais superiores do país publicada nesta segunda no Diário Oficial da União. Ao todo, o corte no Judiciário soma R\$ 1,74 bilhão no orçamento do poder — sendo que R\$ 428,7 milhões foram retirados da Justiça Eleitoral.

“O contingenciamento im-

posto à Justiça Eleitoral inviabiliza as eleições de 2016 por meio eletrônico”, diz o texto.

Em nota, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) diz que o impacto maior do corte se reflete no processo de aquisição de urnas eletrônicas, sendo que já foi iniciado uma licitação com este fim, com comprometimento de despesa estimada em R\$ 200 milhões.

“A demora ou a não conclusão do procedimento licitatório causará dano irreversível e irreparável à Justiça Eleitoral [...]. Na espécie, não há dúvida de que o interesse público envolvido há que prevalecer, ante a iminente ameaça de grave lesão à ordem, por comprometer as Eleições Eletrônicas Municipais de 2016”, diz a nota.

Nos bastidores, a portaria é interpretada como um instrumento de pressão sobre o Executivo para diminuir o corte no Judiciário, diante do desgaste que o fim do voto eletrônico poderia trazer ao governo Dilma.

A portaria, que não é uma prática usual, começou a ser costurada na semana passada quando o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, e o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Dias Toffoli, trataram do tema.

A tesourada causou mais um desgaste entre as cúpulas dos Poderes. Lewandowski e Toffoli prometem trabalhar para derrubar o corte no Congresso, restabelecendo a verba para a Justiça Eleitoral.



O presidente do TSE, Dias Toffoli, fala em seu gabinete

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria pede nova investigação de Renan e Delcídio

Apuração está relacionada a supostos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção

A Procuradoria-Geral da República pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) a abertura de novos inquéritos sobre a suposta ligação do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e dos senadores Delcídio do Amaral (PT-MS) e Jader Barbalho (PMDB-PA), além do deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE), com o esquema do petrolão.

Eles poderão ser investigados por lavagem de dinheiro e corrupção. O processo que levou à abertura das novas investigações tramita em sigilo no Supremo.

Em nota, a assessoria de Renan afirmou que as relações do senador com empresas públicas “nunca ultrapassaram os limites institucionais”, que ele “já prestou os esclarecimentos necessários, mas está à disposição para novas informações” e “nunca autorizou, credenciou ou consentiu que seu nome fosse utilizado por terceiros”.

Delcídio, Barbalho e Gomes negaram, em outras ocasiões, envolvimento com o esquema de corrupção na Petrobras.

Esse é o quinto inquérito pedido pela Procuradoria para investigar supostas ligações de Renan com o petrolão. Cada um deles investiga fatos diferentes.

Em relação a Delcídio, é a segunda investigação pedida. Outra foi aberta na semana passada após a prisão do senador, suspeito de tentar atrapalhar a Lava Jato.

Barbalho já é alvo de um inquérito. Os pedidos serão analisados pelo ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo. (MÁRCIO FALCÃO)

01 DEZ 2015

01 DEZ 2015

METRO

Jurados do caso Carli Filho são sorteados

Justiça. Tribunal já tem 50 nomes para júri popular de ex-deputado, em 21 e 22 de janeiro. No dia do julgamento, sete serão escolhidos. STJ negou recurso da defesa para evitar sessão

A 2ª Vara do Tribunal do Júri sorteou ontem as 50 pessoas que poderão compor o julgamento do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, acusado de causar duas mortes no trânsito em 2009.

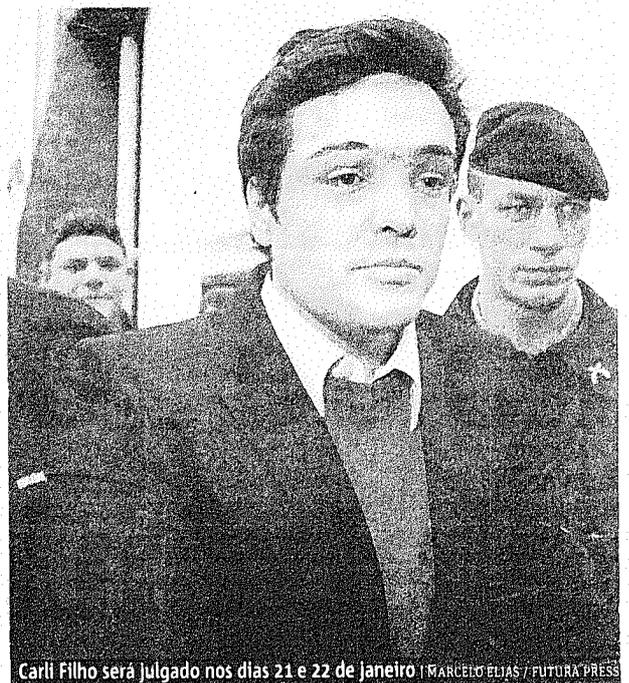
Destes 50 nomes, sete serão escolhidos para o chamado conselho de sentença. Os nomes só serão conhecidos na data da sessão, marcada para os dias 21 e 22 de janeiro do ano que vem. O sorteio, segundo a Justiça, foi feito por meio eletrônico e durou cerca de dez minutos.

Os jurados são escolhidos entre toda a sociedade. São pessoas comuns, idôneas e maiores de 18 anos. No dia 9 de novembro, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) negou um recurso da defesa de Carli Filho para que ele não fosse a júri popular.

O caso

Carli Filho é acusado de homicídio com dolo eventual, quando se assume o risco de matar. Em 7 de maio de 2009, o carro que o ex-deputado dirigia, na Avenida Monsenhor Ivo Zanlorenzi, no Mossunguê, atingiu o veículo em que estavam Gilmar Yared, de 26 anos, e Carlos Murilo de Almeida, de 20 anos. Os dois morreram na hora.

O inquérito policial apontou que Carli Filho dirigia entre 161 e 173 km/h, estava com a habilitação cassada e havia ingerido volume de álcool quatro vezes acima do tolerado à época. No ano passado, a deputada federal Christiane Yared (PTN), mãe de uma das vítimas, foi a mais votada no Paraná com a bandeira do combate aos crimes de trânsito. **METRO CURITIBA**



Carli Filho será julgado nos dias 21 e 22 de janeiro | MARCELO ELIAS / FUTURA PRESS

01 DEZ 2015

METRO

Evangélico, Justiça recebe laudo sobre mortes na UTI

O IML (Instituto Médico Legal) entregou ontem à Justiça a perícia dos prontuários de sete pessoas mortas na UTI do Hospital Evangélico, em Curitiba, sob o comando da médica Virgínia Soares de Souza, suspeita de abreviar a vida dos pacientes.

A 2ª Vara do Tribunal do Júri dependia da conclusão do laudo para avançar no processo e marcar o interrogatório dos réus.

O documento do IML, com cerca de 400 páginas, responde a mais de 4 mil perguntas técnicas sobre o procedimento na UTI envolvendo os pacientes.

As partes (Ministério Pú-

blico e defesa de Virgínia e de outros seis funcionários do hospital) têm 30 dias para se manifestar. Mas como haverá recesso judiciário a partir do dia 19 de dezembro, os réus só serão ouvidos no ano que vem. "O processo está numa fase de esclarecimento. Tanto a defesa como o MP podem fazer questionamentos sobre a perícia", diz o juiz Daniel Surdi de Avelar, responsável pelo caso.

O MP-PR informou que não vai se manifestar antes de analisar a perícia. Já a defesa diz ter feito uma avaliação prévia, e sustenta a tese de que não houve fato criminoso. **● METRO CURITIBA**

LOA trava por ação da Defensoria

A Assembleia Legislativa cancelou ontem um reunião da Comissão de Orçamento que estava marcada para acontecer hoje. No encontro seria analisada a LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2016. Os deputados tomaram a decisão de cancelar a tramitação da LOA para cumprir uma liminar do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso, em resposta a uma ação movida pela Anadep (Associação Nacional dos Defensores Públicos).

Os defensores alegam que a Defensoria Estadual não participou da discussão sobre o seu orçamento, o que contraria a sua autonomia legal.

Já o governo afirma que os recursos previstos para a Defensoria estavam acima do necessário. O governo do Estado havia previsto para o ano que vem uma redução de R\$ 140 milhões para R\$ 45 milhões nos gastos.

01 DEZ 2015

METRO

2016 terá volta da votação em papel, ameaça cúpula da Justiça

'Não há dinheiro!' Inconformados com contingenciamento de verbas feito pelo governo federal, presidentes de tribunais superiores afirmam que eleições municipais não terão urnas eletrônicas

No que depender da Justiça, a crise financeira enfrentada pelo governo federal vai levar o Brasil de volta ao passado nas eleições municipais do ano que vem, quando mais de 140 milhões de brasileiros devem votar para prefeito e vereador. Atingido por um corte de R\$ 1,74 bilhão pelo contingenciamento de gastos da União – provocado pela demora na votação da revisão da meta fiscal pelo Congresso (leia mais na página 8) –, o Poder Judiciário avisou que não será possível fazer a votação em urnas eletrônicas.

Elas começaram a ser introduzidas nas eleições de 1996 e o sistema foi universalizado em 2000. Cédulas de papel só eram utilizadas quando a urna eletrônica quebrava e não havia outra para substituir.



Eleitor usa cédula de papel em 2002, em Brasília | MÂRCIA GOUTHER/FOLHAPRESS

A decisão, encarada no governo como uma forma de pressão contra o contingenciamento, foi comunicada em uma portaria publicada ontem no Diário Oficial da União, com as assinaturas dos presidentes de todos os tribunais superiores do país.

No texto, o motivo é ex-

plicado secamente: “O contingenciamento imposto à Justiça Eleitoral inviabilizará as eleições de 2016 por meio eletrônico”.

O dinheiro não dá

Por nota, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) informou que o corte de R\$ 428 mil em seus recursos “prejudicará a aquisição e manutenção de equipamentos necessários para a execução do pleito do próximo ano”. Segundo a Corte, já está em andamento uma licitação de R\$ 200 milhões para a compra de urnas.

O governo federal não se manifestou oficialmente sobre a ameaça de eleições com cédulas de papel.



RAPHAEL VELEDA
METRO BRASÍLIA

Judiciário diz que eleição de 2016 não terá urna eletrônica

Corte no orçamento teria inviabilizado instalação do sistema

Por falta de recursos, as eleições municipais de 2016 serão manuais e não com voto eletrônico. A informação de que o contingenciamento de gastos impedirá a realização das eleições por meio eletrônico foi

publicada ontem (30) no Diário Oficial da União. Desde 2000, todos os brasileiros votam em urnas eletrônicas.

Por meio de nota, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que mais de R\$ 428 mi-

lhões deixarão de ser repassados para a Justiça Eleitoral, "o que prejudica a compra e manutenção de equipamentos necessários para as eleições de 2016".

"O impacto maior refletido no processo de aqui-

sição de urnas eletrônicas, com licitação já em curso e imprescindível contratação até o fim do mês de dezembro, com o comprometimento de uma despesa estimada em R\$ 200.000.000,00", acrescentou a nota. ■

Sorteados jurados do caso Carli Filho

A Justiça do Paraná sorteou, nesta segunda-feira (30), 44 jurados para o julgamento do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, marcado para os dias 21 e 22 de janeiro de 2016. Carli Filho é

acusado de matar os jovens Gilmar Yared e Carlos Murilo de Almeida, em um acidente de carro em Curitiba, em maio de 2009.

De acordo com a Segunda Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, o sorteio, rea-

lizado por meio eletrônico, durou cerca de 10 minutos. Foram sorteados 25 jurados e 19 suplentes. Deste número, sete serão sorteadas no dia do julgamento para compor o conselho de sentença, segundo o tribunal. ■

Pena alternativa

Em conversas reservadas, ministros do STF ponderaram que, se não tivesse usado o nome dos magistrados e mostrado a intenção manobrá-los, o senador Delcídio do Amaral poderia ter escapado da prisão, mesmo tendo sido flagrado arquitetando a fuga de Nestor Cerveró. Ao invés do cárcere, medidas alternativas, como a apreensão de passaportes e o uso de tornozeleira eletrônica, poderiam ter sido aplicadas pelo relator Teori Zavascki.



Justiça manda esvaziar hidrelétrica em Minas

Decisão judicial determinou que a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, localizada em Santa Cruz do Escalvado (MG), seja esvaziada para eventual contenção de rejeitos em caso de rompimento da barragem de Germano, em Mariana (MG). A Barragem de Germano fica próximo da Barragem do Fundão, que

se rompeu no dia 5 de novembro.

Divulgada sexta-feira (27), a determinação de esvaziar a usina é do juiz Michel Curi e Silva, substituto da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, que concedeu liminar em ação civil pública ambiental proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais e pelo Estado de Minas Gerais. ■

Divórcio aumenta mais de 160% em uma década

O número de divórcios no país cresceu mais de 160% na última década. Dados da pesquisa Estatísticas do Registro Civil 2014, divulgados ontem (30) pelo IBGE, indicam que, no ano passado, foram homologados 341,1 mil divórcios, um salto significativo em relação a 2004, quando foram registrados 130,5 mil divórcios.

Os dados indicam que em 1984, primeiro ano da investigação, a pesquisa contabilizou 30,8 mil divórcios. Já em 1994, foram registradas 94,1 mil dissoluções de casamentos, representando um acréscimo de 205,1%. E, em 2004, o aumento foi percentualmente menor, 38,7%, com 130,5 mil divórcios.

Na avaliação do IBGE, a elevação sucessiva, ao longo dos anos, do número de divórcios concedidos revela "uma gradual mudança de comportamento da sociedade brasileira, que passou a aceitá-lo com maior naturalidade e a acessar os serviços de Justiça de modo a formalizar as dissoluções dos casamentos". ■

01 DEZ 2015

ENTREVISTA PARANÁ COOPERATIVO

Paulo Roberto Vasconcelos Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Interação e entendimento

Texto: Samuel Z. Milléo Filho
e Ricardo Rossi

“

O cooperativismo é algo fantástico, mas precisamos desenvolver muito e empregar mais recursos para que os diferenciais do setor sejam divulgados

”

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, defende a intensificação do trabalho de divulgação dos diferenciais do cooperativismo. Da mesma forma, entende que o diálogo entre o Poder Judiciário e os representantes do setor cooperativista deve ser estimulado. “Acredito que, no momento em que cooperativistas nos fazem uma visita, conhecem a nossa atividade e, conseqüentemente, nós conhecemos o cooperativismo, vai haver um entrosamento maior, até de respeito e prestígio”, diz. “Se houver uma conscientização maior sobre o cooperativismo, como funciona bem, o grau de segurança que se tem, acredito que terá um número maior de pessoas para o setor”. Cooperado fundador da Scredí Credijuris (Cooperativa de Crédito Mútuo dos Integrantes da Magistratura e do Ministério Público do Estado), na qual já ocupou a função de presidente e conselheiro, Vasconcelos recebeu a reportagem da Revista Paraná Cooperativo para uma conversa sobre cooperativismo, trabalho da Justiça, momento político e metas de sua gestão no TJPR. Nascido em Minas Gerais, em Santo Thomaz de Aquino, ele migrou com a família para Curitiba ainda na infância. Formado em administração e direito, Vasconcelos é casado com Maria do Rocio, com quem tem três filhos. Em fevereiro, aos 68 anos, o desembargador foi empossado presidente do TJPR.

Quais as principais metas de sua gestão no TJPR?

Temos um amplo plano de metas. No meu modo de ver, o TJPR precisava de uma revolução interna na parte de organização e métodos, para mudar a sua estrutura na parte de organograma, fluxograma e modernização da parte técnica. Na parte de estrutura do poder, estamos procurando melhorar os fóruns, com ampliações, reformas e até construindo fóruns novos no interior, e dando uma prioridade para Curitiba, que estava

abandonada em termos de obras. Tínhamos o centro judiciário do Ahú, um processo de longos anos e não se fazia nada. Tomamos posse do centro judiciário do Ahú, onde iniciamos a reforma de um pequeno prédio em frente à antiga prisão provisória, e lá será o Centro de Audiência e Custódia, que atuará para reduzir o número de presos provisórios em delegacias e prisões provisórias. Esse prédio vamos inaugurar em breve, colocando toda a estrutura necessária com gabinetes para juízes, promotores, defensores, advogados, médicos, peritos, celas, para que o cidadão que for preso e autuado em flagrante, num prazo de 24 horas seja levado à presença do juiz, interrogado na presença de advogado ou defensor do Ministério Público. O juiz já interroga e imediatamente toma uma posição, ou mantém preso em razão do crime praticado ou por ser reincidente, ou concede um regime de liberdade provisória, por meio de tomazeleiras ou recolhimento domiciliar. Com o prédio novo no Ahú vamos atender a toda Grande Curitiba. Além disso, também no Ahú, vamos fazer o Fórum Criminal e o Juizado Especial, que devem estar concluídos em janeiro de 2017. O complexo da Justiça se chamará Centro Judiciário de Curitiba, que vai envolver todo o primeiro grau de jurisdição, todas as varas, que ficarão centralizadas no local. Quanto ao Palácio da Justiça, sede do TJPR, o prédio está em reforma e vamos terminá-lo em maio e todos os desembargadores ficarão nesse complexo. Também estamos visitando com frequência comarcas no interior e inauguramos, em novembro, o Fórum de São Miguel do Iguçu.

Uma das suas formações é de administrador de empresas. Como isso está ajudando na gestão do TJPR?

A experiência em administração, no setor público contribui e muito no trabalho que realizamos no TJPR. Trabalhei com orçamento, planejamento, gestão de recursos humanos e fui chefe de grupos de planejamento, trabalhei com secretários de estado, e essa bagagem ajuda muito para exercer com mais dinamismo, técnica e conhecimento as atividades na Presidência do Tribunal.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

O senhor assumiu a Presidência num momento conturbado na esfera dos Três Poderes.

Assumi a Presidência num momento crítico do Tribunal, pois estávamos com problemas de uma gestão passada conturbada. Tive que contornar bem a situação para superá-la. O Poder Executivo sem recursos, aumentando vários tributos, enfrentando problemas de greves. Tentei ser um ponto de equilíbrio, para que tudo ocorresse da forma mais tranquila, numa situação de crise muito grande e até violenta, procurei serenar os ânimos com os demais poderes, que estavam passando por dificuldades.

Quais são os números da Justiça do Paraná hoje? Os recursos do Estado estão sendo suficientes para a manutenção e gestão do Judiciário?

Temos recursos públicos no Judiciário que vêm do orçamento do Estado, valores que são destinados quase que totalmente (98%) ao pagamento de pessoal. Temos mais de 8 mil funcionários do quadro estatutário, são cerca de 780 juízes e 120 desembargadores. Somando-se os mais de 3 mil estagiários e terceirizados, totaliza cerca de 14 mil funcionários. Por exemplo, estagiários, vigilantes, pessoal de limpeza, entre outros, são pagos por meio dos recursos dos fundos. O dinheiro do orçamento é para pagar estatutários. O Funrejus, por exemplo, é destinado à construção e ampliação de fóruns, compra de equipamentos e móveis. Os recursos desse

fundo são captados em taxas cobradas nos cartórios sobre escrituras, certidão, registro de imóveis, entre outros.

O número de juizes no Paraná é suficiente?

A rigor, precisaríamos ter mais juízes, mas o orçamento estadual está complicado, porque os recursos que estão sendo liberados pelo Estado chegam a 90%, 85% do valor que deveria ser repassado. O Estado está segurando uma parte desses recursos, certamente para cobrir seu déficit. Não estamos fazendo nenhum tipo de concurso para contratação, e somente vamos começar a analisar essa possibilidade em 2016.

Qual leitura o senhor faz do momento atual no país?

É um momento muito importante, e o Poder Judiciário está se evidenciando como um instrumento imprescindível para que se faça justiça. Veja o destaque que há na mídia das atuações de colegas magistrados. Também contribui muito para esse momento, o trabalho do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Polícia Federal e Polícia Civil. Dois casos são os mais evidentes agora - a Lava Jato, de competência do juiz Sérgio Moro, e também temos aqui no Paraná, o problema dos fiscais da Receita Estadual, operação que está ocorrendo em Londrina, onde designamos um juiz para atender exclusivamente esse caso e dar celeridade ao julgamento. É um momento excepcional em termos de colocar as coisas no seu devido lugar. A Justiça atuando de forma firme e rigorosa, tomando decisões que até surpreendem a sociedade. O povo está aplaudindo esse momento que o Poder Judiciário está vivendo, pois muitos, que não acreditavam

na Justiça, estão vendo que o Judiciário está sendo atuante.

Reformas importantes deixaram de ser feitas no país?

Sem dúvida. São tantas reformas a serem feitas, mas a gente percebe que o Congresso não funciona tão bem quanto deveria. Se houvessem ocorrido as reformas política, tributária, ou mesmo na área de administração pública em geral, a situação hoje estaria bem melhor. Temos problemas na legislação, efetivamente. No Judiciário, o Código de Processo Penal é muito antigo, e o Código de Processo Civil vai entrar em vigor no ano que vem, mas já com uma série de problemas. O que foi feito ou deixou de ser feito levou-nos a uma situação em que o Brasil não vive tão bem, em razão de leis que não são ideais para que o país se administre. O Congresso tem que ter um cuidado maior na hora de criar e decretar essas leis. Tudo que está ocorrendo no Brasil acontece em função das leis: a corrupção existe porque não há uma legislação rigorosa para punir os corruptos e, portanto, as coisas se descontrolaram a tal ponto que se chegou a esse nível de gravidade no país, em termos de administrar o dinheiro público. São situações que constroem a sociedade, com tanta corrupção, mas é porque as leis não são bem feitas, e esse problema tem que ser resolvido no Congresso, porque nós, do Judiciário, cumprimos e aplicamos a lei. Porém, quando a lei é mal feita, não atende bem determinado caso de julgamento, o julgador tem que dar uma interpretação para aplicá-la, o que é complicado. O número de recursos que existem é um exemplo desses problemas, e é algo que deveria acabar.

CONTINUA



"Assumi a Presidência do TJ num momento crítico e tentei ser um ponto de equilíbrio. Procurei serenar os ânimos com os demais poderes, que estavam passando por dificuldades"

CONTINUAÇÃO

O senhor defenderia uma reforma constitucional?

Eu entendo que a Carta Magna é muito boa. A partir de 1988 passamos a ter uma Constituição cidadã, mais voltada para os direitos do povo. O problema é que existem leis ordinárias que realmente não atendem bem ao cidadão, códigos de processo e de leis substantivas, código civil, penal, e outras leis ordinárias que temos que não são eficazes. Veja o problema da quantidade de recursos que existem: O processo poderia chegar ao seguinte grau, no órgão colegiado, e terminar por aí. Só em últimos casos iria para os tribunais superiores, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) e o STF (Supremo Tribunal de Justiça). No entanto, a lei permite que haja mil recursos e, por consequência, os tribunais estão superlotados e se demora anos e anos para se acabar com um julgamento.

O senhor foi um dos fundadores e presidiu a Credijuris. Qual avaliação faz dessa experiência?

Foi uma experiência fantástica. Eu fui, com muito orgulho, um dos 20 fundadores da cooperativa. Inicialmente teve um impacto, foi uma inovação, uma cooperativa de crédito possibilitando a magistrados, promotores de justiça, procuradores e desembargadores terem um banco próprio, movimentar suas contas. Depois, nós conseguimos também autorização junto ao Banco Central para o ingresso de servidores, tanto do Poder Judiciário, quanto do Ministério Público, o que trouxe uma abrangência maior ao empreendimento cooperativo. E a cooperativa teve um desenvolvimento grande em termos de receita: começamos com R\$ 10 mil como capital inicial, e hoje os ativos estão próximos a R\$ 100 milhões. As minhas contas eu as movimento na Cre-

dijuris, folha de pagamento, débitos, cartão de crédito e aplicações. Eu realmente estou muito feliz com a cooperativa.

Como foi o processo de implantação da Credijuris?

A gente teve um pouco de dificuldade em transmitir os objetivos do cooperativismo, que considero fantásticos. No momento em que um grupo de pessoas procura cooperar, reunidos em torno de objetivos em comum, de trazer retorno para cada um, no final de cada exercício os cooperados recebem as sobras do exercício, é excelente. Mas muita gente não tem essa noção. E aqui, no Judiciário, para começar, para conscientizar os colegas sobre o que é o sistema cooperativista, foi muito difícil. Hoje conseguimos demonstrar esses diferenciais com mais clareza, mas penso que precisamos ainda de uma divulgação maior sobre o cooperativismo para toda a população, porque muitos desconhecem o que é o sistema cooperativista. Se houver uma conscientização maior sobre o cooperativismo, como funciona bem, o grau de segurança que se tem, por exemplo, fazendo parte de uma cooperativa de crédito, na hora em que se aplica e se movimenta sua conta, acredito que trará um número maior de pessoas para o setor. Penso que tem muita coisa pela frente, o avanço do cooperativismo tem que acontecer, e muitas pessoas ainda podem se interessar. Eu reafirmo que o cooperativismo é algo fantástico, sou muito otimista quanto ao futuro, mas entendo que precisamos desenvolver muito e empregar mais recursos para que os diferenciais do setor sejam divulgados.

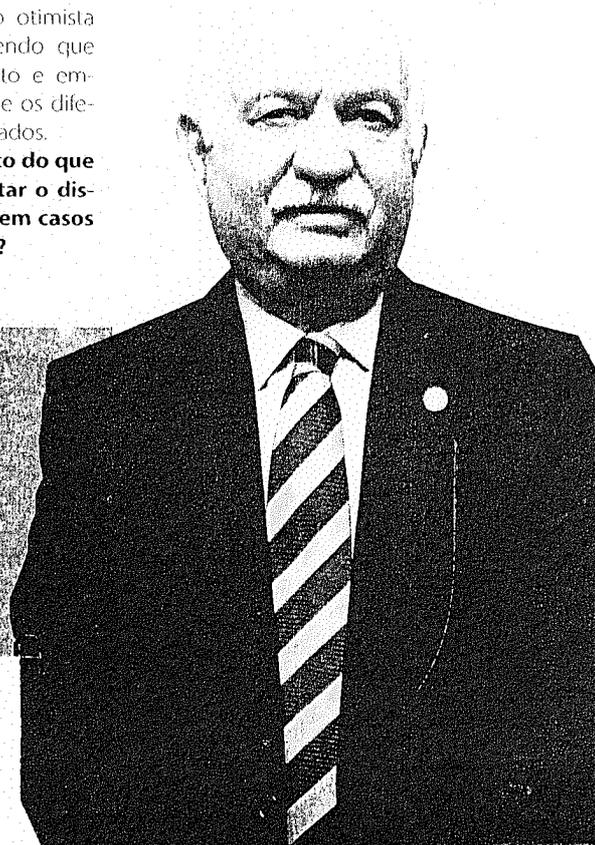
Esse desconhecimento do que é cooperativismo pode afetar o discernimento dos julgadores em casos que envolvam cooperativas?

Acredito que o magistrado, de uma maneira geral, vai analisar o modelo do cooperativismo somente se estiver julgando algum processo que envolva cooperativas. Nessa situação, ele vai estudar e analisar como funciona o cooperativismo, compreender os direitos, deveres e obrigações, e também a responsabilidade civil relacionado ao caso que está julgando. O julgador tem que ter uma cultura geral para poder julgar, muitos possuem essa cultura. Mas, cada caso é um caso e, antes de qualquer julgamento, juízes e desembargadores estudam e se preocupam em conhecer o sistema para julgar bem.

Por iniciativa do Poder Judiciário estão ocorrendo eventos para aproximação da magistratura com o cooperativismo. Como o senhor analisa esses encontros?

Como presidente do EJPR, sempre incentivo esses encontros porque acredito que, no momento em que cooperativistas nos fazem uma visita, conhecem a nossa atividade, consequentemente, nós conhecemos o cooperativismo e entendo que vai haver um entrosamento maior, até de respeito e prestígio. Os encontros visam sempre promover uma interação maior, um entendimento maior entre nós, para que também o Judiciário possa conhecer e prestigiar o sistema cooperativista.

"A corrupção existe porque não há uma legislação rigorosa para punir os corruptos"



30 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mais da metade dos tribunais cumpre meta de conciliação

O objetivo da Meta 3 para a Justiça Estadual é impulsionar a consolidação desses centros, previstos na Resolução 125/2010 do CNJ, que dispõe sobre a política nacional de solução de conflitos no âmbito do Poder Judiciário

De acordo com o sistema de atualização de Metas do Conselho Nacional de Justiça, existem atualmente no Brasil 500 Centros Judiciários de Solução de Conflito e Cidadania (Cejusc) em 24 tribunais de Justiça estaduais, dos quais 55% deles alcançaram a Meta 3, que determina para a Justiça Estadual que os tribunais julguem mais casos de conciliação nos Cejuses do que nas Varas às quais são vinculados. Os tribunais de Justiça de Pernambuco, Ceará e Piauí não fizeram a inclusão de dados no sistema.

O objetivo da Meta 3 para a Justiça Estadual é impulsionar a consolidação desses centros, previstos na Resolução 125/2010 do CNJ, que dispõe sobre a política nacional de solução de conflitos no âmbito do Poder Judiciário. Os Cejuses também estão previstos no novo Código de Processo Civil (CPC), que entrará em vigor em março de 2016.

O resultado do desempenho dos tribunais foi apresentado durante o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Os dados

foram analisados com base na inclusão de informações feita pelos próprios TJs no sistema de Metas do CNJ e levam em consideração os resultados obtidos entre janeiro e setembro de 2015. Os tribunais têm até dezembro para alcançar a meta.

Os melhores índices foram apresentados nos tribunais de Justiça de Rondônia, Sergipe e Distrito Federal, onde todos os Cejuses instalados já alcançaram a Meta 3.

30 NOV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Interdição por tempo indeterminado não é prisão perpétua, diz TJ-SP

Interdição por tempo indefinido não equivale a prisão perpétua, de acordo com decisão da 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. O entendimento foi aplicado na ação em que a família de Chico Picadinho, condenado por matar, esquarterar e ocultar o corpo de duas mulheres, pedia que a interdição fosse revogada. Com a decisão desta quarta-feira (25/11), ele permanece recolhido, por tempo indeterminado, na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté (SP).

Francisco Costa Rocha hoje tem 73 anos — 50 deles

vividos longe do convívio social. Laudos de exame de sanidade mental concluíram que é sádico e tem personalidade amoral, antissocial, psicopática e sociopática. “Não convence quanto à possibilidade de não mais cometer crimes”, diz um deles.

O primeiro assassinato aconteceu em 1966, no apartamento em que morava na Rua Aurora, no centro de São Paulo. Ele amarrou as mãos da vítima e a estrangulou. Depois esquarterou o seu corpo e jogou na banheira do apartamento. Foi denunciado à polícia pelo amigo com quem morava. Não negou o crime.

Decisão do TRF-1 não repassa obrigação a distribuidoras, diz Abradee

A decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que negou a entrada das distribuidoras de energia na disputa sobre o atraso nas obras da usina de Jirau não fará com que elas arquem com os custos da compra de energia mais cara. Pelo menos essa é a interpretação da defesa das empresas, feita pelo escritório Décio Freire e Associados, para quem cabe agora à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) criar um mecanismo de cobrança da dívida, já bilionária.

Na terça-feira (24/11), a 3ª Seção decidiu que o interesse econômico nos efeitos de uma decisão judicial não é

suficiente para provar o litisconsórcio passivo. Venceu o voto do desembargador João Batista Moreira, para quem o litisconsórcio só existe se ficar comprovado o interesse jurídico na causa.

A consequência dessa decisão é que as distribuidoras, representadas pela Associação Nacional de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), não precisam estar no polo passivo do processo. A ação foi movida pela empresa Energia Sustentável Brasil (ESBR), concessionária de Jirau, para que ela não tenha que arcar com os custos da compra de energia no varejo.